

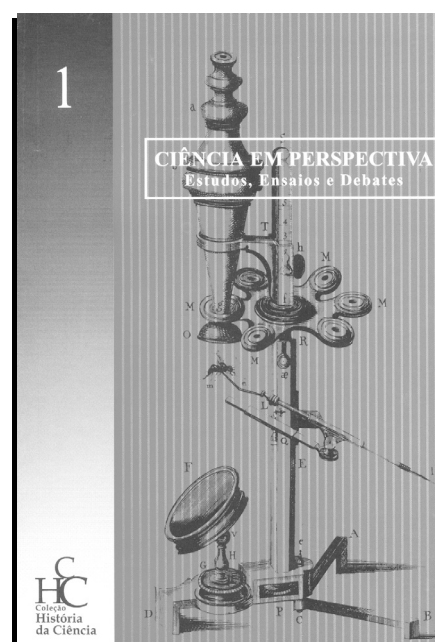
ANDRADE, ANA MARIA RIBEIRO DE (ORG.)

Ciência em perspectiva. **Estudos, ensaios e debates**

Rio de Janeiro: MAST/ SBHC, 2003.
(Coleção História da Ciência – Série Estudos da Ciência, v. I)

LUIZ C. BORGES

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/ MCT



Já de longa data constata-se que, no Brasil, ainda são escassos os investimentos das editoras comerciais quando se trata de produtos dirigidos a um público mais especializado, notadamente no que se refere à relação procura e oferta no campo das publicações científicas. Em geral, esta é uma fatia do mercado mais explorada pelas editoras acadêmicas, sendo esta uma das razões que explicariam as lacunas, a precária distribuição e, principalmente, a ausência de uma dinâmica editorial que desse maior vazão à produção acadêmica brasileira.

Encontramo-nos diante de uma nova iniciativa que busca alargar a oferta de bons produtos, particularmente na área das ciências humanas. O Museu de Astronomia e Ciências Afins, associado à Sociedade Brasileira de História da Ciência lançaram no mercado editorial brasileiro uma nova publicação. Trata-se de “Ciência em Perspectiva. Estudos, ensaios e debates”, organizado por Ana Maria Ribeiro de Andrade, pesquisadora do MAST e dirigido ao público interessado em questões científicas (professores, pesquisadores, alunos e, em geral, amadores de ciência). Deve ser preliminarmente realçado que, mais do que uma obra isolada, este livro, concebido como um dos itens de uma política editorial e acadêmica, é o primeiro número da Série Estudos da Ciência, a qual, por sua vez, integra a Coleção História da Ciência.

A Coleção História da Ciência, editada por Ana Maria Ribeiro de Andrade e Carlos Ziller Camenietzki, lança-se no cenário editorial brasileiro, nas palavras de editores, com uma proposta editorial que visa “estimular a reflexão e a discussão sobre a ciência e sua história, promover a divulgação de textos científicos originais, bem como possibilitar a comunicação e a cooperação entre estudiosos de diferentes campos científicos” (p. 7). Consoante esta proposta, a coleção se divide em duas séries, a Série Estudos da Ciência, a qual abrigará a textos de natureza reflexiva acerca de temas que são caros à História da Ciência, e a Série Documentos da Ciência, em que serão publicados textos mais especificamente relacionados a acervos documentais de interesse para a História da Ciência. Cada volume da coleção está projetado como uma obra autoral, versando sobre um tema específico, de forma que, prioritariamente, apenas um trabalho será publicado por vez, em cada uma das séries.

De acordo com os seus editores, a Coleção História da Ciência visa preencher lacunas editoriais na área acadêmica, propondo-se a publicar trabalhos que, por sua densidade temática e extensão, não cabem no formato das revistas especializadas, nem se ajustam às políticas editoriais da maioria das editoras comerciais brasileiras.

Curiosamente, e como forma de propiciar uma visão geral do que se propõe realizar, este primeiro número da Série Estudos da Ciência é politemático. Trata-se de um misto das duas séries, talvez com a finalidade de, indo além de simples apresentação, estimular os leitores a enviar suas colaborações, de modo que esta nova proposta editorial venha, de fato, a cumprir aquilo que promete.

Neste sentido, o livro é heterogêneo e não poderia ser diferente. Em suas 185 páginas, traz uma variedade de assuntos e temas, e encontra-se divididos em quatro partes. Na primeira, sob o título Estudos sobre a Ciência e, na segunda, Historiografia da Ciência: problemas e perspectivas encontram-se textos que são mais propriamente teóricos. Os três artigos da primeira parte dedicam-se a refletir acerca de momentos e fenômenos da história da ciência. Já os três, mais a apresentação, que integram a segunda parte voltam a sua reflexão para o interior mesmo do campo História da Ciência, buscando compreender criticamente não apenas o fazer história da ciência, mas igualmente, a constituição mesma do campo.

A terceira e a quarta partes poderiam exemplificar o tipo de contribuição a que a Série Documentos da Ciência se dedicará. Apesar de terem naturezas temáticas distintas, os seis trabalhos que integram essas duas partes apresentam em comum um caráter mais informativo-documental que reflexivo e, quanto a isso, diferem dos que compõem as duas primeiras partes do livro. É mister adiantar que, conquanto não possam caracterizar-se como contribuições teóricas, concorrem, entretanto, para o conhecimento e a crítica acerca do desenvolvimento e a institucionalização do campo da História da Ciência no Brasil.

Dada a sua diversidade e heterogeneidade, não cabe no espaço e na estrutura de uma resenha fazer comentários sobre cada um dos artigos. Mas, diante da amostra que nos é dada degustar, podemos adiantar que esta proposta editorial é muito bem-vinda. Mas, ainda mais enfaticamente, devemos torcer para que ela não se limite à presente amostragem.

A leitura dos trabalhos teóricos e, em particular, daqueles cujo foco temático é o campo da História da Ciência não deixam, entretanto, de suscitar algumas questões. Dos que compõem a primeira parte, dois são descritivos, ou melhor, historiográficos. Ao passo que o terceiro enceta uma discussão de cunho teórico e metodológico ao focar um espaço institucional de produção de conhecimento científico, os laboratórios. Contudo, são os trabalhos que integram a segunda parte que me convidam a dialogar com eles, de modo mais demorado.

E, ainda assim, novas escolhas, ou recortes, se impõem. E, deste modo, ater-me-ei mais detidamente à apresentação e ao artigo “Problemas da história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr.” E o porquê dessa seleção ou recorte é simples: eles tocam questões teóricas que não me permitem, ainda que por diferentes razões, ficar indiferente ou, em termos de uma dada noção profilática de atitude científica, esses textos, com seus efeitos de sentido e suas filiações discursivas, não me permitem exercer uma objetiva neutralidade, tal como prescrita em manuais de pesquisa científica. Ou, talvez, porque esta seja justamente uma das questões a que esses dois textos se referem.

Na apresentação, Antonio Augusto Passos Videira diz que os textos ali reunidos, e previamente apresentados na Mesa Redonda “Historiografia da Ciência: problemas e perspectivas” durante o 8º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, atendem à solicitação de “promover e difundir a necessidade (sic) de realizarmos, entre nós – profissionais que se dedicam à história da ciência –, uma profunda discussão a respeito, entre outros temas, dos critérios e princípios empregados para compreender e descrever as etapas, longínquas ou não, de nosso desenvolvimento científico” (p. 93).

Algumas das questões que me intrigam a respeito deste texto que, já por si mesmo, apresenta uma reflexão sobre a prática do historiador de ciência, concerne a um certo preconstruído, ou mais

especificamente, a uma dada filiação de sentido quanto ao valor de uso dos termos ciência, cientista e em que o discurso, em sua heterogeneidade instituída, mostra certos deslizamentos relativamente a esses termos. Trata-se de um preconstruído que, aliás, já tinha sido detectado na prática discursiva de alguns historiadores da ciência e, por isso mesmo, encontra-se genericamente difundido. Reside precisamente aí a razão do meu incômodo: no fato de que, sendo genérico, ele representa um lugar simbólico e imaginário sobre o qual a análise crítica parece não vigir.

Para exemplificar, extraio um trecho que me parece demonstrativo do que afirmei acima: “talvez por terem recebido um outro tipo de educação, diferente daquela predominante nas *ciências humanas*, os *cientistas*...” (grifos meus), e o autor continua “é evidente que não se pode exigir de um físico, de um matemático ou de um médico, respeito aos procedimentos habituais (...) na preparação de análises em história da ciência” (p. 94). Apenas para contextualizar, o autor está pretendendo estabelecer uma diferença metodológica entre o trabalho de profissionais de História da Ciência e aqueles “amadores”, tradicionalmente produzidos por cientistas.

Em primeiro lugar, vemos que o argumento se constrói tendo por base a dicotomia ciências humanas (com sua educação específica) e cientista (que, aparentemente, é alheio a essa educação), o que, por conta do preconstruído, pressupõe que aqueles que são educados nas *ciências humanas* não são cientistas. Mas quem são, então, os cientistas? O autor responde, os físicos, os matemáticos, os médicos, entre outros. Isto é, aqueles que foram/são educados em um ambiente exterior ao das ciências humanas. Ora, neste ponto podemos diagnosticar que, sintomaticamente, os cientistas são discursivamente configurados como representantes autorizados de um espaço epistêmico genérica e miticamente nomeado como ciências exatas. A contradição constitutiva deste argumento é que os profissionais formados nas ciências humanas e que, mais adiante, o autor vai afirmar serem os que estão habilitados metodologicamente a fazer história da ciência, estão excluídos da categoria cientistas. Eis o preconstruído: a reprodução acrítica de um discurso anacrônico que, ao ser insistentemente difundido, reforça a imagem-caricatura do cientista como aquele que vive às voltas com fórmulas e tecidos.

Em segundo e quanto à questão metodológica, surge uma outra dicotomia que se opera entre historiadores da ciência e cientistas que produzem relatos sobre a história de suas disciplinas e/ou práticas científicas. E, de acordo com o autor, além desses relatos não atenderem aos procedimentos metodológicos habituais (isto é, aqueles que, por serem de conhecimento geral de todos os profissionais da história da ciência, podem ser simples e genericamente nomeados como habituais), também não devem ser tomados como verdades absolutas, pois afinal, eles “foram, quase sempre, produzidos para defender um certo interesse, o qual permanece oculto” (p. 94). Esta afirmação contém uma implicação de que, diferentemente desses “cientistas”, os historiadores da ciência têm plena consciência dos interesses que defendem ao produzirem seus trabalhos.

Para finalizar, insisto em dois aspectos que considero relevantes (para discussão aqui proposta) do texto de Antonio Augusto Passos Videira. Um deles concerne ao deslizamento de sentido a que me referi acima. Este deslizamento transparece, mais especificamente, na seguinte passagem: “mas, quem (ou o que) sabe, hoje, o que é a ciência?” (p. 95). Nesta e em outras passagens, o autor transita entre a imagem tradicional de ciência, em que esta é uma espécie de clube de membros exclusivos, e uma concepção mais aberta de ciência, na qual as ciências humanas teriam assento.

O segundo aspecto diz respeito ao estabelecimento de uma espécie de fronteira acadêmica que, do ponto de vista metodológico e de “educação”, separaria os historiadores da ciência, com seus procedimentos habituais, e os “cientistas” que fazem relatos históricos. Cabe perguntar, especialmente tendo como referência a afirmação de que esses cientistas não têm consciência dos interesses que defendem, se, então, ao refletirem e escreverem sobre suas práticas e instituições os cientistas não são capazes de aplicar a essa atividade o instrumental lógico de que dispõem e que, como meio de busca da verdade, aplicam a suas pesquisas? Neste caso, o que dizer de historiadores da ciência que tiveram a sua formação (ou educação) fora das ciências humanas? Teremos, neste caso,

de concluir que, para um bom proceder como historiadores de ciência, os “cientistas” devem passar por uma iniciação educativa nas ciências humanas? Se for este o caso, o que tornaria a História da Ciência e seus profissionais um conjunto tão diferenciado no campo do conhecimento? E esta é toda a questão.

Passemos ao artigo de Carlos Ziller Camenietzki, o qual dialoga criticamente com a própria constituição do campo da História da Ciência no Brasil e, no qual, o campo da historiografia aparece como objeto da História da Ciência. A questão central deste trabalho é demonstrar que, contrariamente a uma certa tradição historiográfica que inaugura a produção de conhecimento científico em terras brasileiras no século XIX (ou quando muito, no final do XVIII) partindo do argumento histórico de que, sendo uma possessão colonial, não haveria, então, no Brasil, condições para o exercício da ciência. Mais particularmente, o autor faz uma leitura crítica da imagem do Brasil Colônia em Caio Prado Jr. para, a partir daí, contrapondo-se a essa imagem, mostrar que o Brasil Colônia foi, também, um espaço em que se desenvolveram atividades científicas.

Haveria, portanto, segundo a leitura do autor, a cristalização de uma imagem do Brasil, que ele encontra na obra de Caio Prado Jr., e de tal como difundida em diverso discursos e, em consequência, acriticamente aceita como expressão da verdade. Imagem esta que foi bastante utilizada como argumento para comprovar que a atividade científica sistemática, no Brasil, coincide com o processo de formação da nacionalidade.

Eis o argumento: o Novo Mundo (e o Brasil, em particular) como depósito natural, ou espaço de exploração de e para fora, não comporta atividade científica. Neste sentido, “certamente o ‘depósito’ não poderia ocupar a posição de espaço formador de homens de ciência”, portanto, “o Brasil encontrar-se-ia alijado deste gênero de trabalho” (p. 97). Quanto a isso, o autor, mostrando o quão nefasta essa imagem tem sido para uma melhor, ou mais acurada, compreensão da história brasileira, analisa uma série de evidências históricas para afirmar que é necessário configurar uma nova imagem do Brasil e de sua história, em geral, e da história da ciência, em particular. Isso fica claro ao evidenciar o modo caricato com que têm sido apresentados aqueles que produziram uma obra no e sobre o Brasil. Consoante a isso, chama a atenção para o deslocamento que os historiadores fizeram ao designar o conjunto da intelectualidade de então pelo genérico “letrados”, em que fica evocado o seu oposto, os iletrados. O que essa generalização imediatamente produz é um apagamento da diferença, no conjunto heterogêneo dos letrados, entre homens de ciência e um conjunto variado de profissionais, ligados ou não à máquina administrativa colonial. Ao expor as linhas de força desse tipo de interpretação histórica, o autor conclui dizendo que, para aqueles que se conformam à mera reprodução de efeitos-caricatura, “na realidade, é mais confortável considerar que os homens de ciência estiveram aqui de passagem” (p. 103).

Além do mérito de desconstruir este tipo de argumento, no interior mesmo dos processos habituais da história da ciência, o autor avança ainda pela crítica a uma noção reducionista, ou exclusivista, de ciência, ao constatar, ainda e sempre no interior do campo histórico, que é o recorte, ou o dado modo de conceber e categorizar, que legitima, ou não, que é ou não produção de conhecimento. Serve-nos como advertência teórico-metodológica, ou seja, como chamamento a uma intensa reflexão crítica sobre as nossas práticas, a seguinte passagem: “se o médico [falando a respeito do trabalho de Willem Piso] interessou-se em negar o conhecimento das populações indígenas e daquele apropriado e desenvolvido pelos católicos ocupantes do ‘Brasil holandês’, os historiadores que o fazem perpetram uma noção da colonização portuguesa que tem pouco sentido no século que se inicia” (p. 103). Gostaria de destacar os termos “interessou-se em negar” [modelo de atitude de, mediante um discurso competente, legitimar/deslegitimar determinado saber], “populações indígenas” e “católicos”, os quais, e certamente por motivos distintos, são igualmente negados, enquanto produtores de saber, pelo sábio holandês, protestante.

Um aspecto assaz interessante deste artigo ocorre quando, contrapondo-se à tese de que, por ser colônia de exploração, não haveria no Brasil produção científica (se colônia, então vazio científico),

o autor, assumindo a contra-identificação, termina por sugerir uma tese segundo a qual, se há produção científica, então o Brasil não era uma colônia de exploração. De todo modo, ainda que historicamente avançada e propiciadora de um melhor entendimento da história brasileira, essa tese, contraditoriamente, não rompe com o campo discursivo que igualmente faz significar a tese contrária. Em ambos os casos, é o pressuposto de uma identidade homogênea, linear, que sustenta as duas teses, as quais, desta perspectiva, só diferem no valor (positivo/negativo) atribuído à identidade.

E é justamente neste ponto que voltamos a encontrar a análise que Carlos Ziller Camenietzki faz da obra “A formação do Brasil contemporâneo”, de Caio Prado Jr., uma vez que a imagem do Brasil como colônia de exploração ocupa um lugar preeminente na obra daquele autor. Todavia, a análise de Carlos Ziller Camenietzki atém-se a uma noção causal e linear de identidade (se x, então y) e, com isso, deixa de fora a importante categoria da contradição (que, aliás, é própria da história), tanto da perspectiva caiopradiana, quanto de uma perspectiva histórica mais ampla. Com isso, o autor, sem o explicitar, conduz o leitor a pensar que na obra de Caio Prado Jr. existiria um nexos causal entre colônia de exploração e vazio cultural e científico.

A insistência em reduzir a argumentação à propriedade de ser, ou não, colônia de exploração, para justificar a existência, ou não, de produção de saber no Brasil colonial, deixa de fora da discussão que a expansão e a conquista ultramarina devem ser analisadas simultaneamente como um modo de produção e um processo civilizatório. Desse modo, conquanto exponha o cerne de uma controvérsia que existe na constituição mesma do campo da história da ciência no Brasil, dadas as suas especificidades históricas, o autor, entretanto, renuncia à oportunidade de superar o esquema dilemático que submete à crítica.

Contudo, o ponto crucial, e a meu ver equivocado, da análise que o autor faz dessa obra de Caio Prado Jr., refere-se à avaliação teórica e à filiação de Caio Prado Jr. ao marxismo, como direcionador de sua prática como historiador.

À página 100 encontramos a seguinte afirmação: “entre os intelectuais inspirados pelo pensamento marxista, ativos por volta de 1942, poucas alternativas se poderiam firmar além do que estava associado às forças em conflito no Europa do Leste. Caio Prado Jr. seguiu a trajetória comum destes pensadores, e não cabe examinar seu ideário se, considerar essa característica tão marcante(...)”. Ora, essa afirmativa de que a obra caiopradiana encontra-se determinada pelas “forças em conflito na Europa do Leste”, e de que ele conformou-se a reproduzi-las em sua obra, não corresponde à essência da contribuição histórica de Caio Prado Jr. no campo da interpretação marxista da história do Brasil. Ao contrário de ter seguido a “trajetória comum” dos intelectuais marxista de meados do século passado, a obra de Caio Prado Jr. explora uma tese nova, contraposta ao ideário etapista que insistia em encontrar vestígios semifeudais no Brasil colonial e imperial. É precisamente este novo olhar que, por si só, faz avançar a interpretação histórica do Brasil, como, ao campo marxista, faz uma importante contribuição dialética, reagindo ao modelo ortodoxo que, via Partido Comunista, o stalinismo impunha aos seus intelectuais.

Finalmente, é interessante observar que, tanto na defesa da tese contraposta àquela que negava a atividade em ciência no período colonial, quanto na análise dos fundamentos teóricos e ideológicos da obra caiopradiana, encontramos marcas de uma filiação discursiva a um modelo analítico que, ao negar a possibilidade da contradição (por exemplo, o ser colônia [mesmo de exploração] não implica, inexoravelmente, a impossibilidade de atividade científica e cultural), cria um cenário teórico-ideológico em que reina absoluta a homogeneidade e a ordem linear-causalista. Afinal, o investimento na apreensão do real da história implica igualmente a percepção de que todo processo é essencialmente contraditório, desigual e combinado¹.

Haveria mais a dizer sobre este e demais artigos deste primeiro volume da coleção História da Ciência e esse é um dos méritos desta publicação: além de trazer informações resultantes de pesquisa, levar-nos a novas reflexões críticas e, deste modo, difundir e firmar conhecimento.

Quanto ao projeto gráfico da publicação, além de agradável ao olhar, possui um formato de fácil leitura. A ilustração da capa é esteticamente bem executada e ilustrativa do foco temático da coleção. Entretanto, como se trata de uma coleção com duas séries distintas, não há nenhuma menção quanto ao que, do ponto de vista gráfico, as diferenciaria (se é que haverá alguma distinção, embora isso fosse desejável), uma vez que, na margem esquerda da capa, encontramos o número do volume e a logomarca da coleção, sem, no entanto, haver menção à série. Além do mais, na lombada encontram-se apenas o número do volume, o título e a logomarca do MAST. Seria aconselhável que também aí fosse incluída a logomarca da coleção, bem como o indicativo da série. Um detalhe técnico a ressaltar, escapou à revisão, o desencontro entre as indicações de página, no sumário, e a localização exata dos artigos. Com exceção da apresentação e do primeiro artigo (Parte I), todos os demais iniciam duas páginas a menos do que está indicado no sumário.

Acredito expressar, da parte do público consumidor de ciência, um sentimento generalizado de otimismo e votos de longa duração à Coleção História da Ciência, lançada graças à parceria MAST/SBHC. São iniciativas e projetos acadêmico-editoriais deste porte que, especialmente no Brasil e, mais particularmente ainda, no campo das ciências humanas, em que há uma tradicional carência de produtos diversificados e de possibilidade de novos espaços de publicação, permitem engrandecer, com qualidade e regularidade, a atividade científica no país.

1. Cf. IANNI, Octavio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.